

Inventário Toponímico e Abordagem Etnogeográfica do Mundo Agrário e Alimentos Tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e Vales do Jequitinhonha e Mucuri/ MG

José Antônio Souza de Deus
(IGC/UFMG)
jantoniosdeus@uol.com.br

Resumo

Este artigo discute os alimentos tradicionais nas regiões de antiga mineração em Minas Gerais, a partir da análise e (re)interpretação dos registros toponímicos aí incidentes; problematizando sobre seu papel no contexto dos estudos culturais, sobretudo aqueles de cunho etnográfico e/ ou vinculados às abordagens da Percepção Ambiental. A investigação utiliza categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação explicitamente geográficos. Os procedimentos metodológicos compreenderam: pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico, trabalhos de campo (e realização de entrevistas semi-estruturadas); além de contextualização e sistematização das informações obtidas. Vale ressaltar o caráter estratégico da preservação e revalorização da cultura sertaneja no que concerne aos saberes enraizados na identidade da população. É relevante assinalar, por outro lado, que a manutenção de saberes tradicionais como práticas alimentares, ao lado de outras vivências comunitárias é que têm propiciado o protagonismo etnopolítico e viabilizado o exercício de novas territorialidades por atores sociais locais como os agricultores familiares quilombolas.

Palavras-Chave: Etnogeografia, Toponímia, Alimentos Tradicionais, Regiões de Antiga Mineração.

Abstract

Traditional foods in the ancient mining regions in Minas Gerais state (southeastern Brazil) are, at issue, in this paper, in which toponymic studies are focused. Researches here developed look for questioning about traditional foods role in the context of cultural studies - especially those linked to Ethnogeography and Environmental Perception approaches. The research uses pointedly geographical conceptual categories of analysis and interpretation paradigms. The methodological tools adopted included: bibliographic and cartographic researches; toponymic studies; field work (with the completion of semi-structured interviews); plus data contextualization and systematization. It is worthy to recognize the strategic nature of this preservation and revaluation of country culture concerning knowledge rooted in the identity of the population. It is relevant to point out, however, that maintaining traditional knowledge as eating habits, along with other communitarian experiences have, actually, guaranteed local actors' and Maroon peasants' ethnopolitical action and new territorialities.

Key-Words: *Ethnogeography, Toponymic Studies, Traditional Foods, Ancient Mining Regions.*

Introdução

A pesquisa aqui explicitada foi viabilizada pelo desenvolvimento de projeto (patrocinado pela FAPEMIG¹) intitulado: “Etnogeografia, paisagens culturais e gestão do território em comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha/ MG” que utilizou categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação explicitamente geográficos. Os procedimentos metodológicos adotados compreenderam: pesquisas bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico; trabalhos de campo (com a realização de entrevistas semi-estruturadas); seguidos de contextualização e sistematização das informações obtidas. Por tratar-se de investigação de cunho interdisciplinar, a pesquisa baseou-se numa pluralidade de abordagens (antropológicas, sociológicas, arqueológicas, históricas e geográficas- da Geografia Agrária e Etnogeografia, sobretudo). A pesquisa utilizou também dados de ONGs como o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (SANTOS & CAMARGO, 2008). No Jequitinhonha, empreendemos pesquisas de campo (zonas urbana e rural de Angelândia, Capelinha, Minas Novas e Turmalina), em abril e outubro de 2014 e em abril/ julho/ agosto e dezembro de 2015. No Quadrilátero Ferrífero os trabalhos de campo foram efetuados, anteriormente, em 2010/ 2011.

Toponímia e sua apropriação pelas linhas interpretativas da Geografia Cultural

A Toponímia corresponde ao estudo interdisciplinar e etimológico dos nomes dos lugares. Os registros toponímicos corresponderiam a importantes testemunhos históricos da vida social de um povo (cujo estudo corresponderia a uma alternativa para a obtenção de conhecimento sobre a cosmovisão das comunidades que ocupam ou ocuparam determinado Território ou Lugar). O inventário toponímico corresponde a procedimento metodológico que permite resgatar aspectos da memória social de um povo em termos históricos, geográficos e etnológicos. O procedimento clássico de análise toponímica conjuga o levantamento de determinado recorte através de cartas geográficas com pesquisa documental. A Toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do Espaço (CLAVAL, 2001). Segundo NÉGRE (1963 apud CLAVAL, 2001, p. 202), ela corresponderia a “um traço da Cultura e uma herança cultural”. A Toponímia constituiria ainda “relevante marca cultural”, expressando “uma efetiva apropriação do Espaço” por determinado grupo cultural. Ela constituiria “poderoso

¹ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

elemento identitário” (CORRÊA, 2003, p. 176). Para Seemann (2005, p. 207), a tarefa da Geografia Cultural “seria investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões de sua topogênese, para contribuir para uma melhor compreensão da relação entre Espaço e Cultura, no passado e no presente”. Para o autor “pesquisar a toponímia inevitavelmente inclui investigações históricas”; e estudá-la significa adotar uma perspectiva histórica da Geografia Cultural (SEEMANN, 2005, p. 220). A toponímia pode ser utilizada para a compreensão dos Lugares como dimensões ontológicas na medida em que estaria associada ao estudo dos nomes destes lugares considerando os aspectos da dominação territorial, bem como o surgimento de identidades e significações para eles. Para Azaryvahu & Golan (2001) nomear e renomear rios, montanhas, cidades, bairros e logradouros são atitudes ou práticas que têm um significado político e cultural, envolvendo etnias ou grupos culturais, hegemônicos ou não. Em termos geográficos, a Toponímia poderia ser visualizada como uma construção intelectual que reflete a complexidade do Território, bem como as particularidades de sua formação e evolução. Através do inventário toponímico pode se perceber o que é, em síntese, um Espaço ou Território, pois ele é um instrumento metodológico que permite que sejam definidos os elementos mais marcantes e característicos da Paisagem- como assinalam Garau & Sebástian (2013).

Para Birraux-Ziegler, autora que investigou os índios das rain forests no contexto norte amazônico é o conjunto de registros toponímicos do território *yanomâmi* que forma “a espinha dorsal da Memória, através do qual, sucessivos lugares de residência das comunidades são recordados pelos mais velhos” (BIRRAUX-ZIEGLER, 1995, p. 181, tradução nossa). Os *yanomâmi* constituíam, até o final do século XX, o maior grupo indígena isolado da nossa civilização em toda a América do Sul. As falas de seus líderes, em defesa da integridade cultural e territorial do grupo, alcançaram repercussão internacional (BIRRAUX ZIEGLER, 1997). E vale ressaltar que como os topônimos incorporam uma percepção temporal, eles podem fornecer relevantes informações sobre a história de um território em particular, muitas vezes inalcançáveis através da pesquisa empreendida a partir de outras fontes, como assinalaram Rankin *et al.* (2008) em estudo dos topônimos de índios e esquimós (*Inuit*), no Labrador (Canadá). Muitos lugares experimentaram etapas sucessivas de ocupação por populações de diferentes origens étnicas e linguísticas; e a diversidade cultural da origem dos nomes dos lugares reflete esta dinâmica histórica (RANKIN et al., 2008). Para Aleru & Alabi (2010, p. 160-161, tradução nossa), pesquisadores que adotaram a perspectiva toponímica para a investigação da evolução histórico-cultural do povo *yorubá* (Nigéria e Benin), é evidente que tais estudos “fornecem valiosos dados, a partir dos quais, vários aspectos histórico-culturais de um povo podem ser reconstruídos”.

Mundo agrário e registros toponímicos em Minas Gerais

Em Minas Gerais, três vertentes culturais básicas influenciaram a toponímia regional: europeia (portuguesa), indígena (*tupi-guarani*) e afro (*kimbundu*)². Vale ressaltar, em primeiro lugar, que a toponímia indígena apresenta marcante caráter toponímico (DEUS, BARBOSA & TUBALDINI, 2012) e que mostra, em paralelo, a aguçada percepção que tinha o Ameríndio dos elementos da Natureza como demonstram diferentes registros (DEUS, 2012; DEUS & CASTRO, 2014) “garimpados” nas regiões de antiga mineração de Minas Gerais, como o Quadrilátero Ferrífero (e áreas contíguas da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte), a exemplo de Caeté (Mata Virgem), Igarapé (O Caminho das Canoas), Itaúna (Pedras Negras) e Itaverava (Pedra Brilhante). Outros registros toponímicos com caráter geográfico-ecológico podem ser também detectados nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri como: Araçuaí (O Rio das Grandes Araras), Catuji (Água Boa), Itaipava (Estância do Rio das Pedras), Itaobim (Pedra Verde) e Itinga (Águas Claras)³.

O inventário toponímico de Minas Gerais revela que atividades econômicas aí desenvolvidas, como o extrativismo vegetal, a agricultura (cafeicultura⁴, rizicultura, horticultura, fruticultura, etc.) e a pecuária, deixaram, ao longo do processo de formação territorial do estado, registros singulares de sua presença na toponímia (COSTA, 1997). Vale ressaltar que é muito significativa a amplitude da incidência dos registros toponímicos que pode se rastrear no contexto das regiões de antiga mineração (que focalizamos nesse trabalho) e que remetem ao Mundo Agrário (e ao espaço rural). Podemos registrar, na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte⁵, os seguintes registros (concernentes a localidades): Campo de Semente; Capim Branco; Capim Gordura (e córrego homônimo); Carneirinhos; Cerca Grande (Matosinhos/ MG);

2 É uma das línguas *banto* da África Central e Meridional mais faladas em Angola onde é uma das línguas nacionais. Com várias formas dialetais, constitui a língua do 2º. maior grupo étnico do país - os *ambundos*-, o qual compreende 21 subgrupos domiciliados ao norte do Cuanza. É falada por três milhões de pessoas como primeira ou segunda língua. “Na África existem hoje mais de 500 línguas banto. As que mais influenciaram o português no Brasil foram o quicongo (Congo e norte de Angola), o quimbundo (centro de Angola) e o umbundo (sul de Angola e Zâmbia)” - (GRANATO, 2010, p. 126).

3 Noutros contextos territoriais, poderíamos mencionar ainda: Araxá (Lugar de onde se avista o Mundo), Ibiá (Campos Altos), Ipatinga (Lagoa das Águas Claras), Inháí (Correnteza), Itutinga (Cachoeira das Águas Claras), Paracatu (Rio Bonito), Paraguaçu (Rio Grande), Paraúna (Rio Negro), Uberaba (Água Brilhante)...

4 Atividade econômica mais relevante dos municípios de Capelinha e Angelândia; e que é, também, praticada, aí, por agricultores familiares quilombolas.

5 Região do estado que tem a capital como centro, constituindo uma das áreas geoeconômicas do Brasil, e sendo classicamente também designada como Zona Metalúrgica. Esta última inclui o domínio geológico (provincia mineral) conhecido como Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

Chácara; Chiqueiro dos Alemães; Cocais (e Barão de Cocais); Contagem⁶; córregos: da Fazenda Velha, Goiabeira, Lagoa dos Porcos, das Laranjeiras, Porteiras, do Batatal, Capim de Cheiro, Cafezal, Laranjal, Retiro, Sítio; fazendas: das Laranjeiras, Posses, do Batatal, Coqueiro e Retiro; Fazenda Velha e Córrego da Fazenda Velha (Itabirito e Sete Lagoas); Formação Batatal (Geologia do Quadrilátero Ferrífero- Super Grupo Minas); lagoas dos Patos e dos Porcos; Lapa do Boi (Sete Lagoas/ MG); Mangabeiras (Belo Horizonte/ MG); Mata-Cavalos; Porteira da Laranjeira; Pico do Engenho; Pintos; Ribeirão das Goiabeiras (Quadrilátero Ferrífero: Congonhas/ MG) e do Retiro dos Pintos; Rio Bananeiras (Quadrilátero Ferrífero: Conselheiro Lafaiete/ MG) e Mata-Porcos; Roças Novas; São José do Goiabal; Santo Antônio da Roça Grande; serras da Porteira, do Batatal, do Coqueiro, do Curral e do Galinheiro; Vila Cafezal (Belo Horizonte/ MG).

E podemos mencionar ainda, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri as localidades discriminadas a seguir: Adubo; Alto dos Bois (Angelândia/ MG); Arrozal; As Abelhas; Bananeira (fazenda e córregos das Bananeiras e do Boqueirão da Bananeira); Belo Campo; Boa Vista do Bananal; Boqueirão dos Porcos; Cafezeiro; Campo Alegre (e Campo Alegre de Baixo); Campo Bonito; Campo do Meio; Campo Formoso; Campo Limpo (e córrego homônimo); Campo Lindo; Capão e Córrego das Cabras; Capim de Cheiro (e fazenda homônima); Carneiros (barra e córrego homônimos); Chácara (córrego, serra e fazenda homônimos); chapadas da Lagoa do Boi Morto e do Capinzal; Coqueiro (Córrego/ Fazenda do Coqueiro; e Coqueiro do Campo- Minas Novas/ MG); Cordeiros (e córrego homônimo); córregos Bom Jardim dos Patos, da Cachoeira dos Patos, Estiva dos Bois, Fazenda, Fruteira, Lagoa do Boi Morto, Porteira Nova, Roça de Dentro, Roça Velha, Vaca Brava, das Éguas, Taiobeiras, do Algodão, Arrozal, Batatal, Bom Retiro, Capão dos Porcos, Capim, Capim Branco, Capinzal, Cavalo, Chiqueiro, Coqueiro, Curral Fácil, Curral Novo, Curral Velho, Galinheiro, Jambreiro, Lavrador, Rancho Queimado, Roçado, Roçadinho, Sítio, Umbuzeiro, Vaquejador, dos Bois, Cavalos, Pintos, Porcos, Sete Ranchos, Santo Antônio dos Porcos e Tira Couro; Curral (Fazenda, Ribeirão e Córrego do Curral); Curral de Dentro; Curral de Vara (e córrego homônimo); fazendas: Campo Novo, da Cachoeira dos Porcos, Goiabeira, do Cajueiro, Capão dos Cavalos, Capim Açú, Curral, Curral de Ovelhas, Curral Fácil, Curral Velho, Curral Queimado, Galinheiro, Lavrador, Mamoeiro, Pastinho, Retiro dos Marianos, Ribeirão do Chiqueiro, dos Currais e dos Três Ranchos; Fazenda Velha; Fazendinha (e córrego homônimo); Granjas e Granjas do Norte; Jaqueira (e córrego homônimo); Juazeiro (Minas Novas); Lagoa do Curral Velho; Lapa dos Cabritos;

⁶ Topônimo criado em referência à contagem das cabeças de gado, escravos e mercadorias no posto de fiscalização instalado nessa localidade (originalmente denominada Sítio das Abóboras) a qual corresponde, hoje, a um grande centro industrial conurbado com a capital do estado.

Laranjeiras (córrego e fazenda homônimos); Mangabeira (e córrego homônimo); Novilhona; Paiol (Baixa do Paiol e Córrego do Paiol); Palmeiras (córrego e fazenda homônimos); Pasto Velho; Patos (Fazenda, Ribeirão e Lagoa dos Patos); Pau de Fruta (Diamantina/ MG); Pedra do Bode; Pequizeiro; Pescador; Pimenteira (e serra homônima); Porteiras (e córrego homônimo); Posse (córrego e fazenda homônimos); Queimada (Córrego e Fazenda das Queimadas, Queimada Velha); Rancharia; Rancho Alegre (córrego e fazenda homônimos); Rancho Grande; Retiro (Córrego e Fazenda do Retiro); rios Cabeça de Porco e Vaca Brava; Roça Velha; Roçinha (e chapada homônima); Serra das Cabras e do Gado Bravo; Sete Posses (Fazenda e Ribeirão das Sete Posses); Sítio (Ribeirão e Fazenda do Sítio); Sítios das Favas; Sítio Novo; Terra Boa; Três Coqueiros; Vacaria (Lagoa e Ribeirão da Vacaria, Córrego da Vacaria de Baixo) e Vale da Boiada⁷. Alguns topônimos vinculados ao Mundo Agrário incidem em vários contextos territoriais diferenciados a exemplo de: Bananal, Engenho⁸, Jatobá, Limeira, Limoeiro, Palmital- aplicados, indistintamente, a diferentes localidades, cursos fluviais, acidentes físicos, estabelecimentos rurais, formações geológicas, etc. Já o nome original do arraial (Curral d'El Rey), que deu origem à capital do estado também remete ao desenvolvimento da atividade agropecuária nesse contexto regional.

É forçoso reconhecer, aliás, que “ao redor das áreas de mineração, cresceram fazendas e roças que empregavam muita mão de obra e estavam voltadas para a venda de gêneros alimentícios” (MARTINS, 2007, p. 86). Campos & Faria (2005, p. 65) registram, por sua vez, que:

Ao longo do século XVIII, a agricultura mineira diversificou-se, tornando a capitania auto-suficiente e exportadora de gêneros agrícolas in natura e beneficiados. Produziu-se, principalmente, milho, cana-de-açúcar, tabaco, mandioca, feijão, arroz, algodão e linho.

A produção de milho e de cana-de-açúcar mereceu destaque porque o milho se tornou a base da alimentação mineira, além de ter fornecido às bestas de carga e aos pequenos animais de criação; a cana permitiu o surgimento de numerosos engenhos que produziam, além da rapadura e do açúcar mascavo, a aguardente, largamente consumida na capitania.

Andrade (2008, p. 19) assinala que os historiadores identificam uma “interdependência econômica” existente entre as atividades mineral e agropecuária,

⁷ Nestes e noutros contextos territoriais do estado pode-se citar ainda: Buritizeiro, Cajazeira, Campos Altos, Campos Gerais, Coqueiral, córregos da Galinha e dos Porcos, Divino das Laranjeiras, fazendas do Alambique e do Paiol, Lagoa do Cajueiro, Patos de Minas, Porteira, Porteirinha, Retirinho, Rancharia, Taiobeiras...

⁸ Sobretudo: Córrego do Engenho.

em Minas, no século XVIII. Ademais, “a atividade mineradora teria exercido, então, sobre a agropecuária, efeito multiplicador bastante grande durante o século XVIII e, simultaneamente, a agropecuária permitiu a montagem e garantiu a expansão das atividades mineradoras” (MARTINS, 2007, p. 86). Na toponímia, a importância em particular, do milho na culinária, manifestações culturais e espacialidades festivas regionais (a exemplo das festas juninas) é sinalizada pela presença de registros como: Milho Verde (Serro), Canjicas (Diamantina) e São Gonçalo da Canjica (localidade do município de São Gonçalo do Rio Preto/ Vale do Jequitinhonha). Meneses (2007) salienta a importância dos quintais das moradas e chácaras situadas em áreas próximas ao perímetro urbano para a sociabilidade cotidiana, educação familiar e abastecimento de alimentos dessas regiões. E Lourenço (2005, p. 215) que estudou o oeste das Minas neste período, registra que os sítios rurais obedeciam então:

a um desenho básico onde se construíam contíguos à casa de vivenda, o curral - geralmente feito de madeira aroeira, mas podendo usar pedras no lugar dela-, o paiol; o monjolo; e o quintal, onde, invariavelmente, constavam arvoredos de espinhos (laranjeiras); frequentemente, cafeeiros; e bananeiras; e, às vezes, jabuticabeiras. Também neste espaço se encontravam os moinhos de fubá e as engenhocas, quando o sitiante dispunha destas benfeitorias.

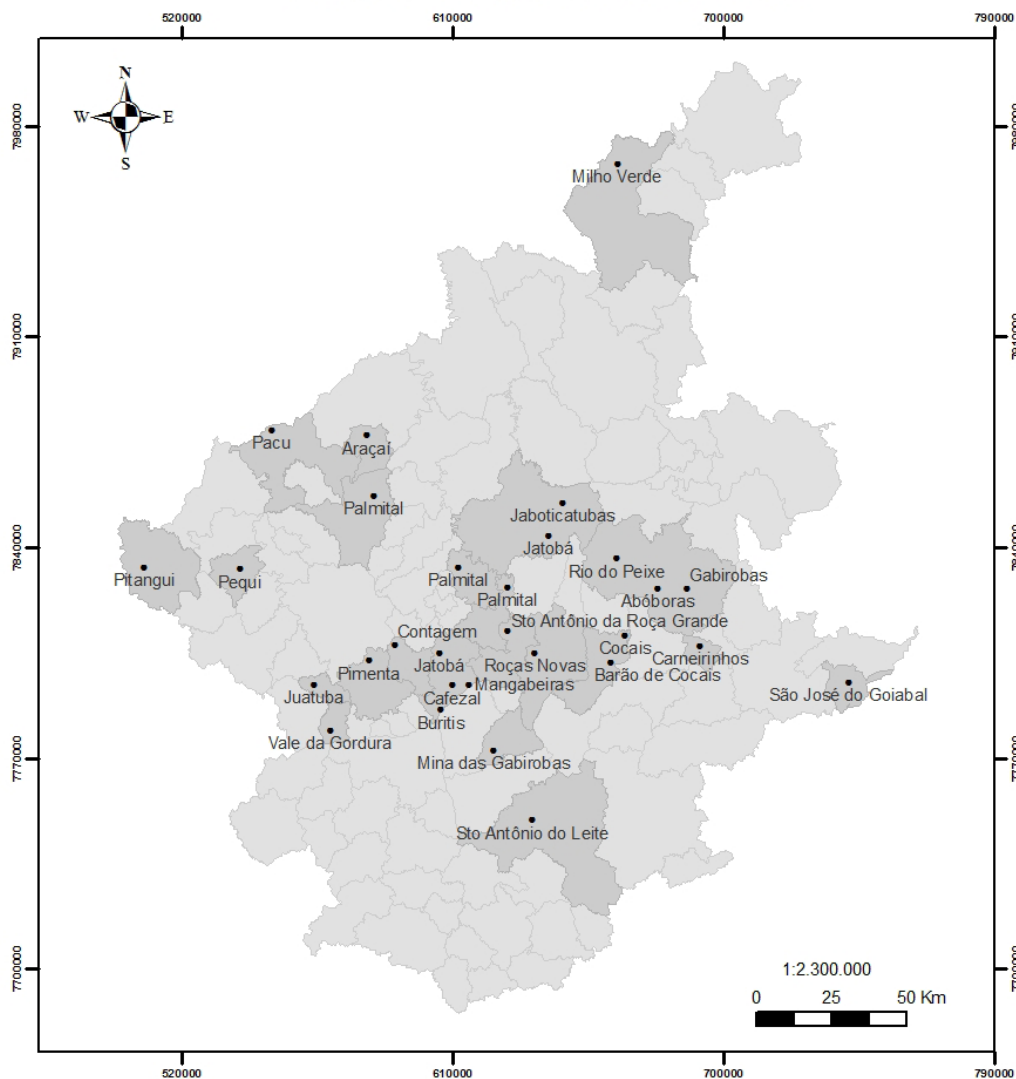
Ratts (2007) analisa a dinâmica dos negros e quilombolas nesse contexto histórico-cultural registrando que “os quilombos, conhecidos geralmente como redutos de escravos fugitivos, são associados às fugas para as matas, mas, na segunda metade do século XIX, se situavam igualmente no entorno das cidades...” em múltiplas associações e “alianças com variados segmentos locais, regionais e nacionais” (RATTS, 2010, p. 318). Reis (2013, p. 319) referenda os apontamentos de Ratts (2007, 2010) ao remarcar que:

...na sua maioria, os quilombos não existiam isolados, perdidos no alto das serras distantes da sociedade escravista. Embora em lugares protegidos, os quilombolas, amiúde, viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas e cidades. Mantinham redes de apoio e de interesses que envolviam escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente, eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos e outros produtos com escravos e libertos; [e] podiam [ainda] manter laços afetivos, e parentesco, de amizade.

Ressalta-se que uma categoria particular de registros que merece menção é a dos topônimos que remetem à produção e consumo, na região das Minas, de alimentos-sobretudo, tradicionais-, a exemplo, na Mesorregião Metropolitana (MAPA I), de: Abóboras (e córrego homônimo); Buritis (Belo Horizonte/ MG); córregos da Manga,

da Piaba, do Agrião e do Arroz; fazendas da Piaba e Tomba Leite, Gorduras (Belo Horizonte) e Vale da Gordura, Inhames (e Cachoeira dos Inhames- Santana do Pirapama/ MG); Pimentas; ribeirões da Manga e do Maracujá; rios da Sardinha, do Maracujá e do Peixe; Santo Antônio do Leite (Ouro Preto/ Quadrilátero Ferrífero).

MAPA I- ZONA METALÚRGICA (MESORREGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE): OS ALIMENTOS NA TOPONÍMIA

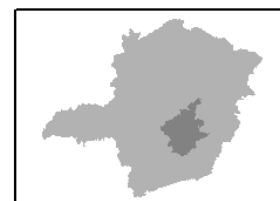


Legenda

- Topônimos vinculados a alimentos
- Áreas de incidência dos topônimos (municípios)
- Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte

Sistema de Coordenadas UTM
 Datum: SAD69
 Fonte: Base Cartográfica IBGE
 Elaborado por: Ludimila de Miranda Rodrigues Silva, 02/2016.

Encarte de Localização da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais



Já nos vales do Jequitinhonha (MAPA II) e Mucuri poderíamos citar as seguintes localidades: Abóboras (Diamantina/ MG); Amendoim (Diamantina); Buriti Quebrado; Cachoeira do Surubim; Campo de Buriti; Caldeirão (fazenda e córrego homônimos); Córrego e Ponte do Gravatá; córregos da Baunilha, Carambola, Grota das Batatas; Jabuticaba, Mandiocaçu, Manga, Piabanha, Taioba, Couves, Traíras, do Almoço, Araçá, Bagre, Brejo do Cacau, Buriti, Café, Caju, Cará, Coco, Feijão, Lambari, Leite, Maracujá, Omelete, Peixe e dos Ovos; Córrego Seco das Banhas; Cova de Mandioca; fazendas da Carambola, Jabuticaba, Lagoa do Arroz, Piabanha, das Favas, das Traíras, do Ananás, Buriti, Café Roxo, Feijão Bebido, Forno de Bolo, Inhamé, Jatobá e Lambari; Gordura (e córrego homônimo); Ilha do Pão; Jenipapo de Minas (córrego e fazenda homônimos); lagoas da Jabuticaba, do Beiju, do Buriti e do Peixe; Limão (e Córrego do Limão); Mamão; Marmelada; Palmito (e córrego homônimo); Panela (e córrego homônimo); Pedra do Bolo; Peixe (Cemitério, Ribeirão e Rio do Peixe), Peixe Branco e Peixe Cru; Pimentas (e córrego homônimo); Pintado (e córrego homônimo); Quebra Coco; ribeirões do Buriti, do Jenipapo e do Surubim; Rio do Peixe Bravo (e Barra do Rio do Peixe Bravo); Santo Antônio do Surubim; Serra do Feijão Preto; Sítio das Favas e Trigo⁹.

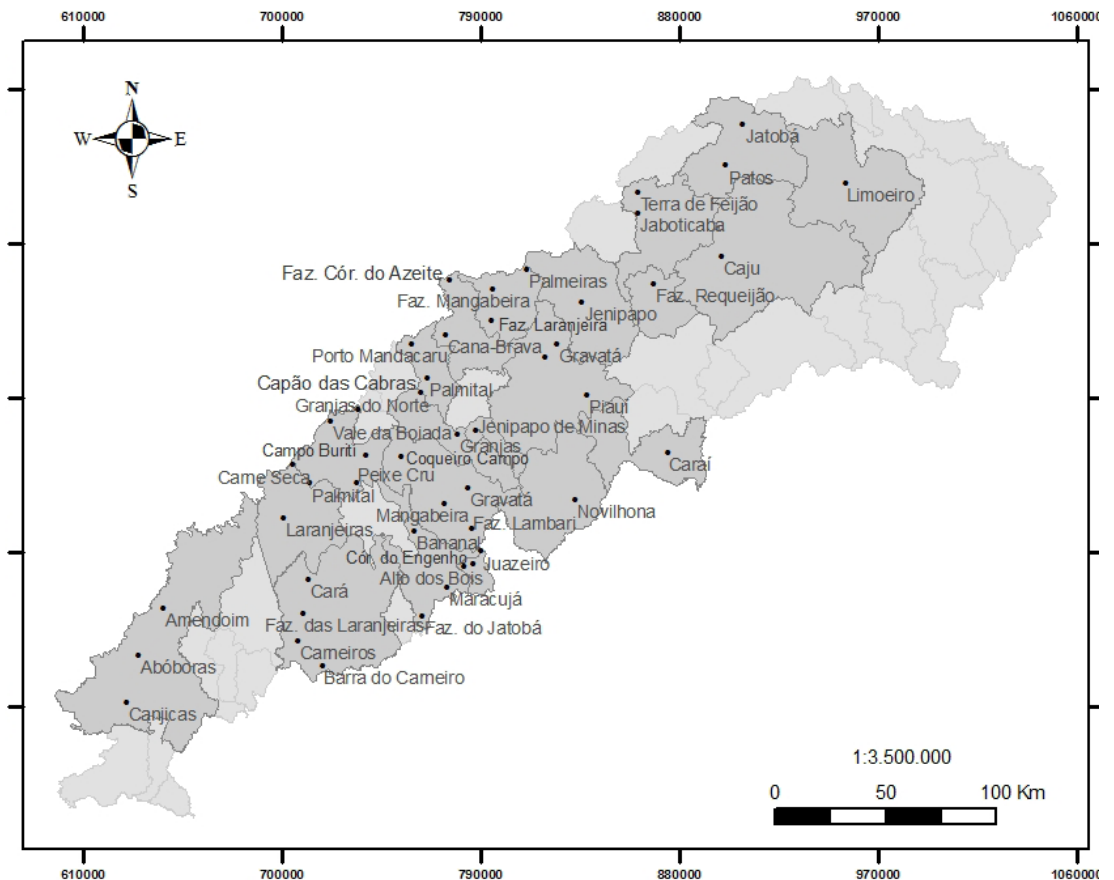
Ao discutirem a dieta dos quilombolas contemporâneos no Jequitinhonha, Santos & Camargo (2008) remetem-se à influência da culinária nordestina nos hábitos alimentares das populações domiciliadas neste recorte territorial, indicada também pela presença de topônimos que garimpamos aí como: Carne Seca, Rapadura e Tabuleiro da Baiana (localidades); córregos do Charque, da Carne Seca e da Rapadura e Fazenda Charqueada. É relevante assinalar que na toponímia *tupi-guarani* também estão presentes registros alusivos à agricultura, alimentos tradicionais, frutas nativas¹⁰, tipos de pescado, etc., a exemplo de Araçá (Rio dos Araçás), Gabirobas, Jaboticatubas (Sítio das Jaboticabas), Juatuba (Sítio dos Juás), Pacu, Pequi e Pitangui (Rio das Pitangas), na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; e de Buriti, Caju, Cará, Cará (Rio dos Acarás), Jabuticaba, Jenipapo, Juá, Lambari, Maracujá, Murici, Piauí (Rio dos Pias), Piabanha, Surubim e Taioba, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri¹¹ (CUNHA, 1999).

⁹ Neste e noutros contextos territoriais do estado pode-se citar ainda: Buriti Grande, Buriti da Cachoeira, Café Mirim, córregos da Canela, do Mingau, do Murici e do Pão Quente; Jaca e Córrego da Jaca, Mangueira, Melancias, São José do Buriti, São José do Mantimento, Vila do Café...

¹⁰ Silva (2013) faz referência à incidência, no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, de frutos nativos como: pequi, araticum, cagaita, mangaba, pitomba, cajuzinho do Cerrado, umbu, buriti e os cocos macaúba e catolé.

¹¹ Em diferentes contextos territoriais do estado podem-se citar ainda: Carandaí (Rio das Palmeiras), Curimataí (rio dos Curimatãs), Gravatá, Ingaí (Rio dos Ingás), Pirapetinga (Peixe Branco), Pirapora (Salto do Peixe), etc.

MAPA II- MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA: OS ALIMENTOS NA TOPONÍMIA

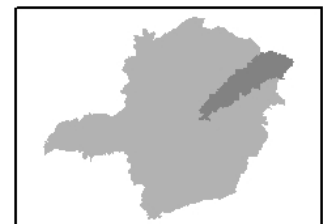


Legenda

- Topônimos vinculados a alimentos
- Áreas de incidência dos topônimos (municípios)
- Mesorregião do Vale do Jequitinhonha

Sistema de Coordenadas UTM
Datum: SAD69
Fonte: Base Cartográfica IBGE
Elaborado por: Ludimila de Miranda Rodrigues Silva, 02/2016.

Encarte de Localização do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais



Estes alimentos tradicionais dos sertões foram, aliás, documentados por cronistas como Saint Hilaire (1975). Já Gardner (1975, p. 207) em visita ao Jequitinhonha no século XIX, identificou plantas europeias já aclimatadas aos quintais locais:

As casas geralmente têm, no fundo, um quintal, em que se encontram os vegetais europeus mais comuns como batatas, couve, ervilha, salsa e, também, muitas flores habituais dos jardins europeus. Também se vê nos pomares algumas frutas europeias tais como a maçã, a pêra, o pêssego, o figo e o marmelo.

Na toponímia afro, observa-se igual situação. Monjolos¹² e Farofas são exemplos de topônimos africanos (relacionados à agricultura, alimentação, etc.), registrados em Minas.

Aliás, pode-se, discriminar muitos vocábulos indígenas¹³ que se pode “garimpar” na toponímia e que foram incorporados à língua portuguesa— relacionados inclusive, à culinária, flora nativa, etc., a exemplo de: buriti, pequi, murici, mandioca, mingau, jabuticaba, pitanga, goiaba, gabioba, araçá, gravatá, juá, maracujá, jatobá, ingá-registrados, aliás, por cronistas (OLIVEIRA, FREITAS & MIRANDA, 2014) como Spix & Martius (1981) e Saint Hilaire (2011). O mesmo pode se observar em relação à bantuísmos- ou seja, vocábulos da língua portuguesa, de origem afro (*kimbundu* e *kikongo*)-, também incidentes na toponímia, a exemplo de: monjolo, cachaça (na toponímia do Quadrilátero: Morro da Cachaça- Itabirito/ MG), angu¹⁴ (na toponímia do Quadrilátero: Córrego do Angu- Jeceaba), farofa, maxixe (no Jequitinhonha há uma localidade com esse nome e registra-se, também, no estado, o topônimo: Córrego do Maxixe)... Que, aliás, remetem a ingredientes e equipamentos típicos da cozinha mineira (OLIVEIRA, 2005; SENRA & SENRA, 2012). É forçoso reconhecer, contudo, que- diferentemente dos registros portugueses ou indígenas-, a toponímia afro é mais rarefeita, no país, porque os africanos, além de escravizados, estavam desterritorializados¹⁵ na América. A **farofa de andu** (ou guandu- feijão de origem africana) é prato típico do Jequitinhonha (DEUS, 2014). Farofa e andu são palavras de origem africana. Farofa é um vocábulo de origem *kimbundu*; já andu é termo de origem congoleza¹⁶.

A economia brasileira viveu vários ciclos ao longo da História. Em cada ciclo, um setor específico da economia provocou sucessivas mudanças dentro da sociedade.

12 Engenheiros rústicos, movidos por água e utilizados para pilar milho e descascar café. Observa-se o registro toponímico Córrego dos Monjolos tanto no Quadrilátero Ferrífero, como no Vale do Jequitinhonha.

13 De origem tupi ou, eventualmente, aruak (truncos etnolinguísticos dos índios brasileiros). No território que hoje corresponde a Minas Gerais, a influência tupi na toponímia talvez se deva principalmente à presença, aí, de agrupamentos tupi-guarani (principal família deste tronco), trazidos compulsoriamente para a região pelas bandeiras como escravos- como os Carijó(s) que se alojaram em regiões como o Quadrilátero Ferrífero, Serra da Canastra e Zona da Mata, pois eram poucos os povos tupis autóctones (como os Abaeté), domiciliados no estado.

14 Comida à qual, faz menção em seu livro, John Luccock (1808/ 1818) - (FRIEIRO, 1982).

15 Ortiz (1997, p. 272) define o processo de desterritorialização como: uma “deslocalização das relações sociais de um entorno físico determinado”.

16 Noutros contextos territoriais do país também se observam registros toponímicos concernentes ao Mundo Agrário: Laranjal do Jarí (AP); Cacoal (RO); Limoeiro do Norte (CE); São Miguel dos Campos (AL); Estância, Barra dos Coqueiros e Laranjeiras (SE); Batatais e Jaboticabal (SP); Laranjal e Ilha do Mel (PR); Vacaria, Charqueadas e Laranjeiras do Sul (RS); Ilha do Bananal (GO); etc.

E cada ciclo que dinamizou nossa economia deixou marcos na toponímia das regiões por ele abrangidas: no **Ciclo do Pau-Brasil**- Pau Brasil e Ibirapitanga/ BA; no **Ciclo do Gado** (ou “Ciclo do Couro”, quando o gado tomou a direção do interior, no século XVII, com uma estrutura baseada na grande propriedade, no trabalho livre e assalariado e na técnica extensiva)- Pastos Bons/ MA, Touros, S. Miguel dos Touros e Currais Novos/ RN, Bezerros e Fazenda Nova/ PE, Malhada dos Bois/ SE; no **Ciclo da Erva-Mate**- Herval d’Oeste/ SC, Herval e S. José do Herval/ RS; no **Ciclo da Borracha**- Seringueiras/ RO, Igarapé do Caucho/ AC e Seringal do Rio Verde/ AM; no **Ciclo do Café**- Serra do Cafezal/ SP, Terra Roxa/ SP-PR, Terra Boa e Cafezal do Sul/ PR (DEUS & CASTRO, 2008).

Considerações Finais

Vale ressaltar que como destaca Claval (2011), as relações ecológicas dos homens com o ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares. Contudo, “o alimento não é simplesmente um objeto nutritivo que permite saciar a fome”, mas, sim, “algo que também tem um significado simbólico em uma determinada sociedade” (SCHLÜTTER, 2003, p. 16). Não devemos considerar, portanto, a cozinha regional “apenas como um conjunto de hábitos alimentares” (ABDALA, 2007, p. 30). Pois ela deve ser entendida, sobretudo, como um “espaço privilegiado de convívio e relações sociais” (ABDALA, 2007, p. 35). E como salienta Palhares (2014, p. 26), o alimento é, além de suas qualidades nutricionais necessárias para a sobrevivência das pessoas, “uma categoria histórica e social. Ele reflete a dinâmica social pela permanência ou mudança dos hábitos, costumes e práticas alimentares. Nesta perspectiva, alimentar é um ato social”. É relevante assinalar por outro lado que, como registra Simão (2001), o passado e suas referências marcadas no Território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer (objetos, alimentos, festas), voltam, na atualidade, a ser valorizadas. E ressalte-se que a preservação de saberes tradicionais como práticas alimentares (OLIVEIRA, 2005), etnoambientais, etnobotânicas¹⁷ (GIANASI, COSTA & TUBALDINI, 2014), ao lado de outras práticas sociais e comunitárias dos agricultores familiares quilombolas como processos coletivos e intersubjetivos de vivência de experiências de sociabilidade, reciprocidade e solidariedade, no cotidiano; a construção de elos topofilicos com o meio físico; a produção artesanal; a preservação de espacialidades festivas é que têm viabilizado o

¹⁷ “A etnobotânica compreende o estudo das plantas que compõem os ambientes biologicamente diversificados onde estão inseridas as sociedades que constroem um auto-aprendizado com o manejo consciente dos recursos vegetais e apresentam forte interação com a vegetação, dispondo-a para diversos fins” (SAHR, 2011 *et al.*, p. 140).

exercício de crescente protagonismo etnopolítico por tais atores, como sinalizaram recentes pesquisas na interface entre Etnogeografia e Geografia Agrária, em recortes territoriais como o Quadrilátero Ferrífero (ALVES, DEUS & GOMES, 2013) e o Vale do Jequitinhonha (DINIZ, SEIDL & TUBALDINI, 2013; LASCHEFSKI & ZHOURI, 2011).

Contextualizando tais questões no âmbito de uma discussão mais geral, sobre os processos de Mundialização valerá a pena resgatar as sinalizações de Barbosa (2010, p. 120) sobre tais processos, quando o pesquisador pontua que não seria pertinente:

Imaginar a cultura globalizada como geradora de uma uniformização completa da estética em todas as partes. Ela assimila e transforma uma parte das culturas locais, deixando também um espaço para os valores culturais locais não incorporados pelo grande mercado. Seria quase ridículo imaginar que o fast-food poria fim à feijoada brasileira, à tortilla mexicana e à pasta italiana. Se a cultura globalizada tenta recriar, a cada instante, gostos e modas, tornando-os objetos instantâneos de consumo, ela mostra-se na maioria das vezes, incapaz de destruir as tradições do passado histórico dos povos.

Ressalte-se, por outro lado, que Almeida (2010, 2014) que estuda o turismo em comunidades tradicionais na ótica do etnodesenvolvimento, inclui a gastronomia entre as “novas ofertas de caráter cultural, lúdico e recreativo”, disponibilizadas aos visitantes de seu território pelos quilombolas do norte de Goiás, uma vez que o turismo “teve grande impulso desde o início da atual década na Comunidade Kalunga” (ALMEIDA, 2010, p. 58). Registre-se, contudo, que a autora alerta para os riscos da “turistificação” do Patrimônio que poderia favorecer “sua mercantilização” (ALMEIDA, 2010, p. 57). As comunidades afro-descendentes que se assumem como quilombolas (e que vivenciaram prolongada história de exclusão - AUBRÉE, 2000; PORZECANSKI, SANTOS, 2006), experimentam hoje, como registra Arruti (2000), um processo de etnogênese entendido como a construção fraternal de uma autoconsciência e de uma identidade coletivas de base racial e/ ou histórica contra a ação de um Estado Nacional opressor, objetivando obter ganhos políticos entre os quais pode se encontrar alguma expectativa de autodeterminação. Trata-se de comunidades que se colocam como protagonistas “na cena dos direitos insurgentes” (CHAGAS, 2001, p. 223) e cuja identidade encontra-se em processo de construção (FERREIRA, 2004). E o que conta na definição de “etnicidade” é a condição na qual certos traços culturais, e não outros, “são valorizados e transformados em critérios de inclusão e exclusão” (SILVEIRA, 2005, p. 42). Podemos demarcar o **caráter estratégico** dessa revalorização da cultura sertaneja (hoje ameaçada pela modernização), incluindo-se, aí, os saberes enraizados na identidade da população.

Referências Bibliográficas

- ABDALA, M. C. *Receita de Mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do Mineiro*. Uberlândia: EdUFU, 2007.
- ALERU, J. O; ALABI, R. A. Towards a reconstruction of Yoruba culture history: a toponymic perspective. *African Study Monographs*, Kyoto (Japão), v. 31, n. 4, p. 149-162, dez. 2010.
- ALMEIDA, M. G. Etnodesenvolvimento e Turismo nos Kalunga do nordeste de Goiás. In: LIMA, Ismar Borges. *Etnodesenvolvimento & Gestão Territorial: comunidades indígenas e quilombolas*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 195-212.
- _____. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 36-63, fev. 2010.
- ALVES, A. N. R.; DEUS, J. A. S., GOMES, N. L. Comunidades quilombolas: uma possível interpretação do lugar com o uso de mapas mentais. In: OLIVEIRA, Gledson, Ribeiro, RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain, OKOUDOEWA, Bruno. *Cá e Acolá: Experiências e Debates Multiculturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 27-57.
- ANDRADE, F. E. *Entre a roça e o engenho: roceiros & fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa (MG): Editora UFV, 2008.
- ANJOS, R. S. A. *Quilombos: Geografia africana – Cartografia étnica, territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009, 200p.
- ARRUTI, J. M. A. Direitos Étnicos no Brasil e na Colômbia: Notas Comparativas Sobre Hibridação, Segmentação e Mobilização Política de Índios e Negros. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 93-123, nov. 2000.
- AUBRÉE, M. L'apport africain dans la culture nationale brésilienne. *Hérodote*, Paris, n. 98, p. 148-160, 2000.
- AZARYVAHU, M; GOLAN, A. (Re)naming the landscape: the formation of Hebrew map of Israel - 1949/ 1960. *Journal of Historical Geography*, Londres, v. 27, n. 2, p. 178-195, 2001.
- BARBOSA, A. F. *O Mundo globalizado: política, sociedade e economia*. 4 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- BIRRAUX-ZIEGLER, P. Culture, nature, nationalisme et internationalisme. *Civilisations*, Bruxelas, n. 44, p. 126-137, 1997.
- _____. La Territorialité des indiens yanomami du nord du Brésil: aspects ethnogéographiques et géopolitiques. In: CLAVAL, Paul, SINGARAVELOU. *Ethnogéographies*. Paris: L'Harmattan, 1995, p. 173-191.
- CAMPOS, H. G.; FARIA, R. M. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Lê, 2005.
- CHAGAS, M. F. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.
- CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.

CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 167-186.

COSTA, J. R. *Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

CUNHA, A. G. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

DEUS, J. A. S. Paisagens culturais alternativas e protagonismo etnopolítico de comunidades tradicionais no *hinterland* brasileiro. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos, GIANASI, Lussandra Martins. *Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: Gênero, Biodiversidade, Patrimônio Rural, Artesanato e Agroecologia*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50.

DEUS, J. A. S.; BARBOSA, L. D.;

TUBALDINI, M. A. S. O papel das Geociências no contexto “pós-moderno” de revalorização da Cultura. In; HENRIQUES, M. H., ANDRADE, A. I., QUINTA-FERREIRA, M., LOPES, F. C., BARATA, M. T., PENA DOS REIS, R. & MACHADO, A. *Para aprender com a Terra - memórias & notícias de Geociências no espaço lusófono* (Cap. 41). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 393-402.

DEUS, J. A. S., CASTRO, H. M. Abordagem iconográfica dos processos de genocídio e confinamento territorial indígenas gerados pela cafeicultura no Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, San José (Costa Rica), nº especial/ EGAL 2011, p.1-15, 2º. sem. 2011._

_____. Protagonismo político, etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas em curso no Vale do Jequitinhonha/ MG. In: LIMA, Ismar Borges. *Etnodesenvolvimento e Gestão Territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 141-154.

DINIZ, R. F.; SEIDL, R. A. S.; TUBALDINI, M. A. S. Populações rurais e riscos socioambientais: reflexões sobre os impactos da agricultura moderna em comunidades camponesas e quilombolas do Vale do Jequitinhonha/ MG, *Geografia*, Rio Claro, v. 38, n. 2, p. 259-275, mai./ ago. 2013.

FERREIRA, R. F. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC/ Pallas Editora, 2004.

FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

GARAU, A. O.; SEBÁSTIAN, J. B. La caracterización del paisaje de Menorca através de la toponímia. *Investigaciones Geográficas*, Alicante, n. 60, p. 155-169, jul./ dez. 2013.

GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ EdUSP, 1975.

GIANASI, L. M.; COSTA, P. C.; TUBALDINI, M. A. S. A contribuição da Geografia Agrária em Pesquisa/ Ação e a produção de alimentos agroecológicos

em comunidades rurais e quilombolas do Vale do Jequitinhonha. *Geonordeste*, Aracaju, v. 25, n. 2, p. 155-172, ago. 2014.

GRANATO, A. *Sabor do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2011.

L A S C H E F S K I , K., ZHOURI, A. Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Vale do Jequitinhonha - desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG/ PROEX, 2011, p. 182-212.

LOURENÇO, L. A. B. *A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia (MG): EdUFU, 2005.

MARTINS, M. L. *História & Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume Editora/ Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MENESES, J. N. C. A terra de quem lava e semeia: alimento & cotidiano na Minas Colonial. In: RESENDE, Maria

Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas (I)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/ Companhia do Tempo, 2007, p. 337-358.

OLIVEIRA, N. L.; FREITAS, R. C. J. F.; MIRANDA, S. C. Importância da contribuição de von Martius para o conhecimento da flora arbórea do Cerrado. *Revista Sapiência*, Iporá (GO), v.3, n. 2, p. 22-43, jul./ dez. 2014.

OLIVEIRA, R. *Coisas de Minas: a culinária dos velhos cadernos*. Brasília: SENAC, 2005.

ORTIZ, R. Mundialização, Cultura e Política. In: DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio, RESENDE, Paulo Edgard A. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 270-275.

PALHARES, V. P. Uma Geografia Hedonista dos Saberes e Sabores. *Geograficidade*, Niterói (RJ), v. 4, no. especial, p. 25-35, outono 2014.

PORZECANSKI, T.; SANTOS, B. *Historias de exclusión - afrodescendientes en el Uruguay*. Montevídeu:

Librería Linardi y Risso, 2006.

RANKIN, L. *et al. Toponymic and cartographic research conducted for the Labrador Métis Nation*. St John's: Memorial University of Newfoundland, 2008.

RATTS, A. J. P. Entre quilombos no litoral e na Amazônia: memórias de negros migrantes. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter, SILVA, Sidney Antônio. *Coletânea de textos do Seminário Internacional: "Migração- Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais"*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 261-270.

. Reconhecer quilombos no território brasileiro. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 307- 326.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 569 p.

SAHR, C. L. L. *et al. Geograficidades Quilombolas: estudo etnográfico da comunidade de São João - Adrianópolis/ Paraná*. Ponta Grossa (PR): Editora UEPG,

2011.

S A I N T - H I L A I R E ,
A. *Quadro geográfico da
vegetação primitiva na
Província de Minas Gerais*.
Tradução de Cleonice P. B.
Mourão. Belo Horizonte: Fino
Traço Ed., 2011.

SANTOS, M. E.
G.; CAMARGO, P. M.
*Comunidades quilombolas
de Minas Gerais no século
XXI - história e resistência*.
Belo Horizonte: CEDEFES/
Autêntica Editora, 2008.

SCHLÜTER, R. G.
Gastronomia & Turismo. 2 ed.
São Paulo: Aleph, 2003.

SEEMANN, J. A
Toponímia como construção
histórico-cultural: o exemplo
dos municípios do estado do
Ceará. *Vivência*, Natal, n. 29, p.
207-224, 2005.

SENRA, R.; SENRA, I.
*Quitandas de Minas - receitas
de família e histórias*. Volume
I. 2 ed. Belo Horizonte: Editora
Gutenberg, 2012.

SILVA, M. N. S. Os
recursos de uso comum e
os conflitos ambientais nos
Cerrados de Minas Gerais:
algumas reflexões. *GEOTemas*,
Pau dos Ferros (RN), v. 3, n. 1,

p. 235-249, jan./ jun. 2013.

SILVEIRA, R. Etnicidade.
In: RUBIM, Antonio Albino
Canelas. *Cultura & Atualidade*.
Salvador: EdUFBA, 2005, p.
29-47.

SIMÃO, M. C. R.
*Preservação do Patrimônio
Cultural em Cidades*. Belo
Horizonte: Autêntica Editora,
2001.

SPIX, J. B.; MARTIUS,
C. F. P. *Viagem pelo Brasil
(1817-1820)*. Vol. I. 4 ed. Belo
Horizonte: Editora Itatiaia/
EdUSP, 1981.